A TUTELA DE EVIDÊNCIA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

EVIDENCE TUTELAGE IN TAX LAW

Recebido em 30/11/2017
Aprovado em 19/02/2018

GABRIELA BITTENCOURT¹

RESUMO: O estudo em questão analisa o instituto da tutela de evidência, abordando seus aspectos gerais, e, sobretudo, sua aplicação no direito tributário. Pretende-se examinar inicialmente aspectos gerais do instituto da tutela de evidência, inserido no novo código de Processo Civil Brasileiro. Trata-se de uma análise essencial em primeiro plano, para que se possa, posteriormente, desenvolver o tema no cenário do direito tributário, tarefa que consiste no objetivo principal deste artigo. A tutela de evidência – que não se confunde com a tutela de urgência – consiste em técnica processual diferenciada de antecipação dos efeitos da tutela definitiva do mérito, independentemente da comprovação do dano irreparável ou de difícil reparação.

PALAVRAS-CHAVE: Tutela de evidência. Novo Código de Processo Civil. Direito tributário.

ABSTRACT: The article analyzes the tutelage and guardianship of the evidence institute, including the general aspects and mainly its application in tax law. It is intended to initially examine general aspects of the Institute for the Protection of evidence, inserted in the new Brazilian Civil procedure code. It is an essential analysis in the foreground, so that it can subsequently develop the theme in the scenario of tax law, the task which consists of the main objective of this article. The Guardianship of evidence – which is not confused with the tutelage of urgency – consists of the differentiated procedural technique of anticipating the effects of the definitive protection of merit, regardless of the proof of irreparable damage or difficult repair.

KEYWORDS: Tutelage and guardianship of the evidence. New Code of Civil Procedure. Tax Law.

¹ Advogada. Mestre em Direito pela UFSC. Especialista em Direito Tributário PUC-SP. Especialista em Direito Tributário IBET.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende examinar inicialmente aspectos gerais do instituto da tutela de evidência, inserido no Novo Código de Processo Civil Brasileiro. Trata-se de uma análise essencial em primeiro plano, para que se possa, posteriormente, desenvolver o tema no cenário do direito tributário, tarefa que consiste no objetivo principal deste artigo.

Em suma, a tutela de evidência – que não se confunde com a tutela de urgência – consiste em técnica processual diferenciada de antecipação dos efeitos da tutela definitiva do mérito, independentemente da comprovação do dano irreparável ou de difícil reparação.

Enquanto a tutela de urgência se aplica aos casos em que o demandante não pode aguardar a decisão final do processo em razão de risco imediato de perecimento do direito discutido na lide, a tutela de evidência se aplica aos casos em que o direito demandado é tão óbvio, que o ato de o reconhecer “dispensa” o resto do procedimento, sendo irrelevante a situação de urgência.

Foi o Ministro Luiz Fux, membro da atual composição do Supremo Tribunal Federal – STF, que destacou essa modalidade de tutela na nossa doutrina, em 1995, com tese defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

Utilizando-se da expressão *direito evidente*, o autor afirma que a técnica se vincula àquelas pretensões deduzidas em juízo nas quais o direito da parte revela-se evidente, tal como o direito líquido e certo que autoriza a concessão de medida liminar em mandado de segurança (FUX, 1996, p.311).

2 ASPECTOS GERAIS DA TUTELA DE EVIDÊNCIA

Os aspectos gerais do instituto da tutela de evidência serão demonstrados com base na doutrina brasileira e nos cenários na vigência do Código de Processo Civil de 1973 e do atual Código de Processo Civil, de 2015.

2.1 ASPECTOS DOUTRINÁRIOS

Iniciaremos a abordagem dos aspectos doutrinários pelo autor pioneiro no assunto no âmbito brasileiro, Luiz Fux, que escreveu sua tese em 1995, portanto, antes até do projeto do Código de Processo Civil de 2015.

Em sua obra – oriunda na tese acima citada– o autor esclarece que as razões da tutela de evidência são antigas, remontando ao direito italiano, e atendem a seguinte lógica: se o demandante tem razão, ele deverá ter uma providência imediata; aquele que não tem direito é que deve aguardar as delongas da ordinariedade. (FUX, 1996, p.308 e 324).

Luiz Fux entende que a tutela de evidência é mais que o *fumus boni juris*, é a probabilidade de certeza do direito alegado, aliada à injustificada demora que o processo ordinário acarretará até a satisfação do interesse do demandante, com grave desprestígio para o Judiciário, porquanto injusta a espera determinada (FUX, 1996, p.305-306).

Fux defende a aplicação do instituto baseado essencialmente em dois fundamentos constitucionais: o de que *nenhuma lesão escapará à apreciação do Judiciário*, e, ainda, o da *necessidade de tutela célere do direito material*.

Nessa linha, para ele, satisfazer tardiamente o interesse da parte em face da evidência significa violar o direito maior ao acesso à Justiça e ao devido processo legal (FUX, 1996, p. 309).

Para Fux, é evidente o direito: a) demonstrável *prima facie* por meio de prova documental que o consubstancie líquido e certo; b) assentado em fatos incontrovertidos, notórios; c) que coíba um suposto atuar do opositor com base em *manifesta ilegalidade*; d) calcado em questão estritamente jurídica; e) baseado em fatos confessados noutro processo ou comprovados através de prova emprestada obtida sob contraditórios, provas produzidas antecipadamente; f) firmado como prejudicial da questão a ser resolvida e já decidido, com força de coisa julgada noutro processo, máxime quando de influência absoluta à decisão prejudicial; g) trata de fatos sobre os quais incide presunção *jure et de jure* de existência; e finalmente h) decorre de decadência ou prescrição (FUX, 1996, p.313).

Na doutrina contemporânea ao projeto ou até mesmo ao próprio Código de Processo Civil de 2015, encontramos que a palavra evidente significa algo óbvio, sendo, pois, a tutela da evidência do direito (ou do direito evidente) a proteção especial (antecipada em relação à final) que se permite naquelas situações em que a probabilidade de estar o demandante com a

razão é muito alta. Isso porque não é razoável que quem muito provavelmente tem razão suporte sozinho todo o ônus da demora do processo (DE ASSIS, 2015, p. 64).

Fredie Didier, Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira definem a evidência como fato jurídico processual; é estado processual em que as afirmações de fato estão comprovadas e, portanto, o direito pode ser tutelado em juízo (DIDIER JR & BRAGA & OLIVEIRA, 2016, p. 418-419).

Assim, não se trata de uma tutela jurisdicional, mas de um fato jurídico processual que autoriza que se conceda uma tutela jurisdicional, por meio de técnica de tutela diferenciada (DIDIER JR & BRAGA & OLIVEIRA, 2016, p. 418-419).

Lucas Buril de Macêdo afirma que a tutela antecipada de evidência pura garante o direito quase certo do provável vencedor da demanda, a fim de evitar “que ele acabe suportando o ônus do tempo do processo, já que ficaria todo o seu trâmite privado de usufruir do objeto litigioso, enquanto a parte adversa, que possui grandes chances de sucumbir, usufrui dele”. E acrescenta: “a tutela de evidência é uma forma importante de tutela sumária que visa satisfazer a efetividade da jurisdição, a economia processual e a duração razoável do processo” (MACÊDO, 2015, p.5).

A influência do regime de mandado de segurança na instituição da tutela de evidência é bastante provável e se deve à busca da consagração da efetividade e da celeridade advinda do pronunciamento mandamental em outras modalidades de prestação jurisdicional (VEREGUEIRO, 2016, p. 215).

2.2 CENÁRIO NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973

A tutela de evidência não é uma criação do CPC de 2015. Muito embora o CPC anterior, de 1973, não se valesse da marca *tutela de evidência*, dito ordenamento detinha previsões correspondentes ao instituto. Além disso, o sistema vigente possibilitava a tutela antecipada fundada na evidência em leis extravagantes (BONAGURA, 2016, p. 393).

O artigo 273, II, do CPC de 1973, previa a antecipação de tutela quando caracterizado o abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (situação em que não há urgência).

Ademais, a liminar da ação de depósito (procedimento especial *pseudo-extinto* no NCPC); “a improcedência *prima facie* do artigo 285-A do CPC/73; a possibilidade de julgamento antecipado e de julgamento parcial; a valorização à súmula impeditiva de recurso e súmula vinculante; os recursos especiais e extraordinários repetitivos e ainda o poder atribuído ao relator de decidir o recurso monocraticamente” (BONAGURA, 2016, p. 393).

2.3 CENÁRIO NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

Uma das novidades do CPC de 2015 envolvendo a *tutela urgente* – artigo 300 e seguintes – consiste na divisão entre a tutela de urgência e a tutela de evidência (espécies do gênero *tutela provisória*).

Como visto no tópico anterior, a tutela de evidência não é modalidade nova: ela já existia no nosso sistema no artigo 273, II (antecipação satisfativa motivada pelo abuso do direito de defesa) e §6º (incontrovérsia parcial) do CPC de 1973. O que o CPC de 2015 faz, além de inovar ao tratá-la separadamente da tutela de urgência, é criar novas hipóteses que a autorizam (ASSIS, 2015, p. 64-65).

Na verdade, a tutela de evidência ganhou contornos próprios no CPC de 2015, em nome da busca pela eficiência da jurisdição (VERGUEIRO, 2016, p. 216). O objetivo do legislador com essa novidade foi buscar imprimir efetividade à tutela jurisdicional por meio da redistribuição do ônus do tempo no processo sem a necessidade de demonstrar perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo (CAMPOS & SAMPAIO, 2016, p. 152).

O artigo 311, que traz a regra geral do instituto, determina as hipóteses em que a tutela da evidência será concedida, independentemente de demonstrar perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

Em seu inciso I prevê a hipótese de quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte. São situações de mau comportamento do réu, que Fredie Didier Júnior chama de *pseudo-novidade*, uma vez que já estavam previstas no artigo 273, II, do CPC de 1973.

A primeira delas se configura quando o réu: utiliza sua defesa com a intenção de prejudicar o autor (em contraposição ao exercício regular do direito de defesa), sendo o elemento volitivo determinante para caracterizar o abuso; e, age com má-fé (artigo 79, do

CPC/2015); A segunda, que pode ter natureza omissiva ou comissiva, também exige o elemento volitivo e pode ser revelada pela existência de má-fé (MARINS, 2016, p. 626 e 627).

O inciso II do artigo 311, prevê a hipótese de quando as alegações de fato podem ser comprovadas apenas documentalmente e há tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante². Trata-se de hipótese inovadora, compatível com o novo sistema de precedentes.

Para Fredie Didier Junior, o termo *casos repetitivos* é gênero que diz respeito às espécies IRDR – incidente de resolução de demanda repetitiva e recurso repetitivo (DIDIER JR & BRAGA & OLIVEIRA, 2016, p.426 E 427). Na mesma linha defendem Luiz Guilherme Marinoni (MARINONI & ARENHART & MITIDIERO, 2015, p.200), Guilherme de Almeida Henrique e outros (CAMPOS & SAMPAIO, 2016, p.159-161).

Por outro lado, para James Marins, tivesse o artigo 311 utilizado a expressão “casos repetitivos”, aí sim o dispositivo abrangeria também o IRDR (MARINS, 2016, p.627).

Nos casos em que se busca no Judiciário aplicar uma interpretação que já foi objeto de decisão em sede de recursos repetitivos, não faz sentido submeter a parte ao desgaste do tempo de espera do processo.

Assim, age-se em prol da *razoável duração do processo*, uma vez que se antecipam os direitos que serão reconhecidos ao final do processo.

O inciso III do artigo 311, prevê a hipótese de se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa. Trata-se de hipótese de direito reipersecutório decorrente de depósito (ação de depósito).

Fredie Didier Junior chama de *pseudo-novidade*, uma vez que o legislador extinguiu o procedimento especial de depósito do CPC de 1973, que já previa tutela de evidência.

Por fim, o inciso IV do artigo 311, prevê a hipótese de quando a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o

² Fórum permanente de processualistas civis – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam): “ENFAM 30. É possível a concessão da tutela de evidência prevista no art. 311, II, do CPC/2015 (...) com tese prevista em súmula dos tribunais, independentemente de caráter vinculante”; e “ENFAM 31. A concessão da tutela de evidência prevista no art. 311, II, do CPC/2015 independe do trânsito em julgado da decisão paradigma”.

réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável: trata-se de hipótese nova, em que a prova do autor é melhor que a prova do réu.

Para tanto, segundo Fredie Didier Junior, existem três pressupostos: a) a evidência deve ser demonstrada pelo autor e não pode ser abalada pelo réu mediante prova documental; b) o autor deve trazer prova documental suficiente dos fatos constitutivos do seu direito que já é evidente; c) ausência de contraprova documental suficiente do réu que gere dúvida razoável em torno do fato constitutivo do direito ou do próprio direito do autor (DIDIER JR. & BRAGA & OLIVEIRA, 2016, p.421).

Nesse cenário, o CPC de 2015 possui duas modalidades de tutela provisória de evidência: a) *punitiva* (artigo 311, I); b) *documentada* (artigo 311, II a IV) (DIDIER JR. & BRAGA & OLIVEIRA, 2016, p.421).

Embora a tutela de evidência não seja uma inovação em si, a sua disposição no CPC de 2015 parte de uma nova compreensão e assume uma procedimentalização reestruturada (MACEDO, 2015, p. 2). A maior parte da doutrina pesquisada pressupõe que a tutela de evidência exige cognição sumária, por se tratar de tutela revogável e provisória³.

Nessa linha, Fredie Didier Junior entende que são características essenciais da tutela de evidência: a sumariedade da cognição (análise superficial do objeto litigioso/juízo de probabilidade); a precariedade (pode ser revogada ou modificada a qualquer tempo – artigo 296, *caput*, NCPC); e o fato de ela ser inapta a tornar-se indiscutível pela coisa julgada (DIDIER JR. & BRAGA & OLIVEIRA, 2016, p.416).

3 A TUTELA DE EVIDÊNCIA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

A construção principiológica e disciplinar do Direito Processual Tributário é de suma importância, de modo que, sem ela, a refinada sistematização e codificação do Direito Tributário material pouco adiantará (MARINS, 2016, p. 166).

³ Um exemplo é a doutrina de Didier. Em contraponto, Anna Paola de Souza Bonagura entende que a tutela de evidência exige cognição exauriente ao menos no que se refere aos incisos II e IV - a autora diz que concorda com Fux (BONAGURA, Anna P. de Souza. **Uma visão geral da tutela da evidência no novo Código de Processo Civil**. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie. *Coleção Grandes Temas do Novo CPC*. Tutela provisória. Salvador: Editora JusPODIVM, 2016. p. 396).

Embora o sistema processual brasileiro não contemple regime jurídico específico para a tutela das lides tributárias, o sistema processual civil serve de instrumento jurídico à disposição do contribuinte para assegurar seus direitos (CAMPOS & SAMPAIO, 2015, p. 150). E a codificação do instituto processual da tutela de evidência no artigo 311 do Código de Processo Civil de 2015 é um exemplo disso.

Trata-se de medida alinhada à garantia constitucional de efetividade do sistema tributário no contencioso – criada devido à instabilidade do cenário econômico atual – que obriga o contribuinte a acionar o Poder Judiciário em busca de uma justa tributação, dentro das limitações constitucionais e legais próprias do poder de tributar, muitas vezes violada pelo ente tributante, que, por sua vez, deve encontrar mecanismos que possam conferir efetividade ao sistema tributário, distribuindo-se o ônus do tempo no processo (CAMPOS & SAMPAIO, 2015, p. 3).

Dentre as hipóteses de cabimento da tutela de evidência, para os processos tributários interessam aquelas contidas nos incisos I, II e IV do artigo 311, do NCPC, por serem de possível incidência.

As hipóteses dos incisos I e IV, como se viu aqui, já podiam ser encontradas no Código de Processo Civil de 1973: I - Ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte; e, IV - A petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

A hipótese prevista no inciso II (as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante) – que é inovadora e de suma relevância no âmbito tributário – pode concretizar-se, por exemplo, no caso de uma demanda em que a ilicitude de determinado tributo tenha sido reconhecida em sede de recurso especial repetitivo.

Isso porque, nas ações individuais seguintes sobre o mesmo tema, o autor – para fazer jus à tutela de evidência de suspensão da exigibilidade do tributo – precisaria apenas evidenciar documentalmente suas alegações, além do enquadramento de seu caso à tese jurídica reconhecida no julgamento do recurso especial repetitivo, sem ser necessário demonstrar o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

E ainda, considerando as hipóteses dos incisos II e IV, há que se destacar a tutela de evidência para fins de efeito suspensivo nos embargos à execução fiscal como assunto de relevância no âmbito tributário (MARINS, 2016, p. 166).

Isso se dá porquanto, em geral, quando o Judiciário analisa pedido de suspensão da execução por parte do contribuinte, aplica o artigo 919 do CPC de 2015 (correspondente ao artigo 739-A do CPC de 1973), condicionando o deferimento aos requisitos da tutela provisória e à garantia da execução. E, por muitas vezes, refuta a existência de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, aduzindo que:

a mera possibilidade de constrição sobre bens [...] não representa perigo de dano irreparável ou de difícil ou incerta reparação apto a preterir a tutela de urgência, além do que, se for acolhida a exceção, com a posterior extinção da execução, a penhora será de imediato desconstituída⁴.

No entanto, com a previsão expressa, dentre as tutelas provisórias, da tutela de evidência no artigo 311, o CPC de 2015 abre espaço para a concessão do efeito suspensivo nos embargos à execução *independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo*.

Esses são apenas alguns exemplos de que a tutela de evidência, principalmente na hipótese do inciso II do artigo 311 do CPC, é de grande utilidade para o direito tributário, uma vez que já é comum atualmente as questões tributárias serem julgadas com base em casos repetitivos ou em súmulas vinculantes.

Além do mais, na esfera tributária, a previsão legal no CPC de 2015 da tutela de evidência dá maior efetividade ao Código Tributário Nacional, mais especificamente ao artigo 151, inciso V (incluído pela Lei Complementar n. 104, de 2001): “Suspendem A Exigibilidade Do Crédito Tributário: (...) V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;”

Isso ocorre uma vez que o dispositivo – que dispõe como hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada – pode ser interpretado agora de modo mais amplo, estendendo-se às duas espécies de tutela provisória: urgência e evidência.

⁴ TRF4, AG 2009.04.00.042790-4, Primeira Turma, Relator Joel Ilan Paciornik, D.E. 01/06/2010.

4 ANÁLISE DO TEMA SOB A ÓTICA DA JURISPRUDÊNCIA POSTERIOR AO CPC/2015 SOBRE A TUTELA DE EVIDÊNCIA NO ÂMBITO TRIBUTÁRIO

Como se viu, a tutela de evidência é de grande valia no direito tributário e detém uma oportunidade de aplicação elevada no seu contencioso. A jurisprudência sobre o tema, no entanto, ainda é incipiente, em razão do pouco tempo que o instituto vigora.

Alguns exemplos interessantes e esclarecedores podem ser citados para ilustrar o presente artigo.

Em outubro de 2016, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4 tratou de tutela de evidência ao analisar agravo de instrumento⁵ interposto contra decisão interlocutória que indeferiu a suspensão da exigibilidade do crédito, proferida em sede de ação coletiva ajuizada por sindicato, na qualidade de substituto processual, contra a União, que objetivava a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária que submetesse os seus substituídos ao recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias⁶.

Em atenção ao entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça – STJ, no julgamento do Recurso Especial n. 1.230.957, representativo de controvérsia⁷, o julgador votou pelo provimento do recurso e, muito embora o sindicato tenha postulado pela concessão da tutela provisória de urgência (artigo 300 do CPC/2015), reconheceu que era típico caso de tutela de evidência, nos termos do inciso II do artigo 311 do novo CPC.

Para tanto, considerou a inexistência de óbice à fungibilidade entre as modalidades de antecipação da tutela, de forma a aproveitar os atos processuais já praticados, com fundamento nos princípios da economia processual, da razoável duração do processo e da efetividade da jurisdição.

Em abril de 2016, um escritório de advocacia noticiou que uma instituição de assistência social a qual representa obteve na Justiça Federal de Curitiba decisão liminar com base no instituto da tutela de evidência suspendendo a exigibilidade de pagamento de

⁵ 5035381-73.2016.4.04.0000/TRF.

⁶ 5015195-45.2016.4.04.7108/RS.

⁷ Entendimento segundo o qual “em relação ao adicional de férias concernente às férias gozadas tal importância possui natureza indenizatória/compensatória, e não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual sobre ela não é possível a incidência de contribuição previdenciária (a cargo da empresa)”.

contribuição social para o PIS, com base em matéria já decidida pelo STF no Recurso Extraordinário – Repercussão Geral n. 636.941/RS, julgado em 2014⁸.

No caso, foi comprovado que a parte é uma associação sem fins lucrativos e com atuação em assistência social, detentora da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS, tendo, por conseguinte, direito à imunidade aplicável à contribuição para o PIS.

Em decisão proferida em outubro de 2016, o Juízo da 10ª Vara da Justiça Federal da Subseção Judiciária de São Paulo concedeu tutela de evidência nos autos do Mandado de Segurança n. 022290-61.2016.4.03.6100, que tem por objetivo o “provimento jurisdicional que determine à Autoridade impetrada que aprecie e julgue a Manifestação de Inconformidade, no prazo de 20 (vinte) dias, pois já se esgotou o prazo do artigo 24 da Lei Federal n. 11.457, de 2007, que é de 360 (trezentos e sessenta) dias” (NASRALLAH, 2016).

CONCLUSÃO

Enfim, percebe-se logo, essencialmente à vista dos exemplos supracitados, que a tutela de evidência tende a ser ferramenta de grande utilidade no âmbito do contencioso tributário, principalmente para os contribuintes litigantes, que terão seus direitos reconhecidos com mais presteza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUENO, Cassio Scarpinella. **Tutela Provisória no Novo CPC - Dos 20 anos de vigência do art. 273 do CPC/1973 ao novo CPC 2015**. São Paulo, Saraiva, 2016.

CAMPOS, Marcelo Hugo de Oliveira; e, SAMPAIO, Raul Brandão. **A tutela de evidência do novo CPC como garantia constitucional de efetividade do sistema tributário**. XIX Congresso de direito tributário – ABRADT. Belo Horizonte, 2015.

ASSIS, Carlos Augusto de . Coleção Novo CPC Doutrina Seleccionada 4. **Procedimentos especiais, tutela provisória e direito transitório**. Reflexões sobre os novos rumos da tutela

⁸<http://www.arnsdeoliveira.adv.br/artigos/escritorio-obtem-sua-primeira-liminar-com-base-no-instituto-da-tutela-da-evidencia-prevista-no-novo-codigo-de-processo-civil/>

de urgência e da evidência no Brasil a partir da Lei 13.105.2015. Coord., Fredie Didier Jr. Salvador: Editora JusPODIVM, 2ª ed., 2016.

MACÊDO, Lucas Buril de. **Antecipação da tutela por evidência e os precedentes obrigatórios**. Revista de Processo | vol. 242 2015 | p. 523 - 552 | Abr / 2015. DTR\2015\3692.

DIDIER JR, Fredie. Coleção Grandes Temas do Novo CPC. **Tutela Provisória**. Salvador: Editora JusPODIVM, 2016.

FUX, Luiz, Tutela de segurança e tutela da evidência, São Paulo, Saraiva, 1996.

MARINONI, Luix Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; e, MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum**. Vol. II. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MARINS, James. **Direito Processual Tributário Brasileiro: administrativo e judicial**. 9a ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

NASRALLAH, Amal. **Tutela Provisória da Evidência no Direito Tributário – Decisões do Judiciário**. 2016. Disponível em: <<http://tributarionosbastidores.com.br/2016/10/24/tutela-de-evidencia-tributario/>>. Acesso em 04 dez. 2016.

PEROBA, Luiz Roberto; e, MARTONE, Rodrigo. **A antiga cautelar de antecipação de garantia e a tutela provisória de evidência do novo CPC: Instrumento previsto no código pode ser meio para contribuintes anteciparem garantias e obterem**. 2016. Disponível em: <<http://jota.info/artigos/antiga-cautelar-de-antecipacao-de-garantia-e-tutela-provisoria-de-evidencia-novo-cpc-22042016>>. Acesso em 03 dez. 2016.

PORTO ALEGRE. Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4. Agravo de Instrumento n. 2009.04.00.042790-4, Primeira Turma, Relator Joel Ilan Paciornik, Porto Alegre, 01 jun. 2010. Disponível em: <http://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&numeroProcesso=200704000094281&dataDisponibilizacao=28/05/2007> acesso em: 08 fev. 2017.